

PODER

Pacheco, de novo, se impõe a Lira

Proposta de elevar número de deputados na comissão que avalia MP não avançará. Presidente do Senado alega regimento

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do Senado explicou que aumentar a representação de deputados desequilibra o bicameralismo, que privilegia a qualidade, não a quantidade

A sugestão de aumentar o número de deputados de 12 para 36 nas comissões mistas para análise de medidas provisórias (MPs), como pretende o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), está praticamente sepultada. Embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tenha sido categórico sobre a rejeição da proposta, deixou claro que questões regimentais impedem que seja adotada. Além disso, observou que a representação no colegiado é qualitativa e não quantitativa.

“Há regras que são regimentais. Há uma natureza e uma essência do que é a razão da paridade entre deputados e senadores nas comissões de MPs. Disse a Lira que é um controle qualitativo de peso igual das duas Casas, que prestigia o bicameralismo”, explicou.

Pacheco sinalizou que Lira recebeu com tranquilidade a possível rejeição da proposta. Isso indica mais uma derrota do presidente da Câmara na queda de braço com o do Senado, que pretende sepultar o aumento da participação dos deputados nas comissões mistas em uma reunião de líderes hoje ou amanhã.

Os presidentes das Casas do Congresso se reuniram novamente ontem e a derrota de Lira só não é maior porque Pacheco aceita a sugestão de estabelecer prazos para as comissões mistas analisarem as MPs. Os colegiados teriam entre 20 e 30 dias de trabalho até a votação do relatório, mais 50 dias para análise na Câmara e outros 40 para avaliação no Senado.

“Todas as medidas provisórias (a partir das remetidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva) serão despachadas para as comissões mistas. Estamos avaliando a ponderação da Câmara de modificar o rito de tempo e prazo para apreciação na comissão mista e sua composição. Mas isso não pode ser condição, no momento, para andamento das MPs”, disse o senador.

Cordialidade

Segundo Pacheco, não há “má vontade” e classificou o diálogo com Lira de “muito cordial”. O presidente da Câmara vinha forçando o fim das comissões mistas, com votação das MPs diretamente nos plenários de cada Casa, conforme o modelo que vigorou durante a pandemia.

“Cumprimento a Câmara dos

Deputados por reconhecer, neste momento, que as comissões precisam existir, de acordo com o que a Constituição determina”, salientou.

Só que o Palácio do Planalto deve transformar a maioria MPs travadas pelo impasse entre Lira e Pacheco em projetos de lei com urgência constitucional. Porém, o governo pediu ao Congresso que as medidas provisórias do Bolsa

Família, do Minha Casa Minha Vida e da reestruturação da Esplanada dos Ministérios tramitem normalmente nas comissões mistas e sejam votadas o quanto antes.

“É um instrumento que o governo, eventualmente, pode lançar mão para que as matérias ora em tramitação possam ser apreciadas. Pode ser uma solução para um problema crônico no Brasil, que é o uso indiscriminado de



Há regras que são regimentais. Há uma natureza e uma essência do que é a razão da paridade entre deputados e senadores nas comissões de MPs. Disse a Lira que é um controle qualitativo de peso igual das duas Casas, que prestigia o bicameralismo”

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), explicando por que a proposta de aumentar o número de deputados nas comissões especiais, feita por Arthur Lira, está praticamente sepultada

MPs”, avaliou Pacheco.

“Instalaríamos as comissões de algumas MPs que têm maior impacto para o governo e de programas. As demais seriam encaminhadas pelo presidente da República na forma de projeto de lei, em regime de urgência”, acrescentou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). **(Com Agência Estado)**

Convencimento dos prefeitos

» MICHELLE PORTELA
» VICTOR CORREIA

Os representantes do governo tentaram tranquilizar os prefeitos reunidos, ontem, na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, para a reforma tributária que o Palácio do Planalto pretende apresentar, no segundo semestre. Coube, porém, ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, a principal argumentação: enfatizou o consenso entre os 27 governadores como um elemento facilitador da aprovação da matéria no Congresso.

“Queremos uma consolidação de dignidade federativa, pela qual cada município pode fazer frente às suas necessidades. Não é uma questão de governo, mas uma necessidade”, observou.

Segundo Haddad, a reforma está sendo formulada com uma regra de transição de 20 anos, com a expectativa de impacto de 10% sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a ser percebida já no primeiro período depois da aprovação da proposta. O ministro afirmou que, uma vez

simplificado o formato de cobrança de impostos, haverá impacto direto no sistema jurídico — que, conforme disse, é o mais caro do mundo, pois 40% dos processos em tramitação são relacionados a disputas tributárias.

O vice-presidente da República e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também se juntou na tarefa de dizer o que os prefeitos queriam escutar. Disse que o modelo tributário atual é “injusto”. Calculou que a reforma pode gerar um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos 15 anos.

“Em São Paulo, quando eu era governador: ‘Traga os 20 maiores devedores do estado’. Tudo empresa bilionária, as maiores do Brasil. A melhor profissão no Brasil é advogado tributarista. Nosso primeiro objetivo é a simplificação”, explicou.

Consumo

Alckmin lembrou que, por ser alta a carga incidente sobre o consumo, a população mais pobre

fica de fora da cadeia econômica. “Como vou comprar um carro se ganho R\$ 1.320, um salário mínimo, e se o carro baratinho, popular, custa R\$ 70 mil? Então, o Brasil tem capacidade de produzir 5 milhões de veículos, chegou a produzir quase 4 milhões, e hoje produz 2 milhões. O povo não tem dinheiro”, lamentou.

O vice-presidente fez, ainda, um aceno aos prefeitos, ao afirmar que “eram um dos setores de preocupação, mas, hoje, há um entendimento que a questão federativa se resolve e o importante é a economia crescer mais forte”.

Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet, reforçou que a reforma é a “única bala de prata” que o governo possui para recuperar o crescimento. “O Brasil não vai crescer e não vai gerar emprego se não aprovamos reforma tributária. A reforma tributária é a salvação da lavoura, a única bala de prata que temos. Fiquem tranquilos que nenhum município vai perder na tributária”, afirmou.

Apesar das mensagens otimistas, os prefeitos se mantêm

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Alckmin disse aos prefeitos aquilo que eles queriam escutar: que a reforma tributária não vai prejudicá-los

desconfiados sobre a perda de arrecadação com a nova reforma. Para eles, a incorporação do Imposto sobre Serviços (ISS), que é municipal, a impostos estaduais e federais, é algo que deve ser esmiuçado,

o que não foi feito até agora.

O relator da matéria na Câmara, deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), também fez um discurso voltado para os prefeitos quando disse que são “um pouco de delegado, médico, psicólogo,

um pouco de tudo. Precisamos ter um país mais forte do ponto de vista do seu crescimento econômico. Estamos falando de promoção de riqueza, de geração de emprego e renda”. **(Com agências Estado e Brasil)**



ALEXANDRE GARCIA

NO JUDICIÁRIO, JUÍZES TENTADOS PELO “SEREIS COMO DEUSES” PASSAM A DECIDIR O QUE É APROVEITÁVEL E O QUE É DISPENSÁVEL NA CONSTITUIÇÃO, E SE ARVORAM TAMBÉM A FAZER LEIS, EM VEZ DE LIMITAREM-SE A APLICÁ-LAS

Pesos sem contrapeso

As pedras das ruas sabem que passamos por um período de desequilíbrio entre os três poderes, que é como um vírus a infectar a democracia, a ferir garantias, liberdades e o devido processo legal. Em outras palavras, há um desequilíbrio institucional.

Depois de ler meu artigo da semana passada, sobre o Congresso encolhido, um ministro do Judiciário me enviou este endosso: “Super preciso, Alexandre! Temos hoje um Judiciário hipertrofiado, um Legislativo atrofiado e um Executivo ideologizado. A democracia

despencou com esse tripé.”

Isso me faz refletir sobre os “pesos e contrapesos” com que Montesquieu idealizou o equilíbrio entre os três poderes. Se o Legislativo se atrofia, não pode ser contrapeso ante o peso do Judiciário e as seduções do Executivo. E Legislativo atrofiado significa representação popular atrofiada. Então despensa o significado de democracia como governo do povo.

Quanto ao Executivo ideologizado, sempre houve tons de ideologia, mas exacerbou-se quando,

depois de três décadas de esquerda com matizes diferentes no governo federal, a direita antes silenciosa e tímida reapareceu e surpreendeu ganhando eleição. Veio a polarização e os ânimos extremaram as posições.

Agora o atual quer apagar o anterior. Este primeiro trimestre de novo governo faz lembrar a “Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal”, do Gênesis. “Sereis como deuses” — prometeu a serpente tentadora. Quem cai na tentação, fica convencido que pode estabelecer o que é bem e o que é mal, julgando-se imbuído desse conhecimento.

O chefe do Executivo fica tentado a cancelar o que tenha sido

bem construído pelo governo anterior, e rotula o bem de mal. As consequências apareceram nestes três meses, mostrando que muito de bom foi substituído por aquilo que hoje não dá certo. O Legislativo, como órgão fiscalizador em nome do povo, parece ter dispensado seus instrumentos e ainda não percebeu os efeitos disso.

Olimpo

No Judiciário, juízes tentados pelo “sereis como deuses” passam a decidir o que é aproveitável e o que é dispensável na Constituição, e se arvoram também a fazer leis, em vez de

limitarem-se a aplicá-las. Há reação no próprio Judiciário, onde se ouve cada vez mais a ironia de que “a Suprema Corte tem a prerrogativa de errar por último”.

Revogar direitos péticos e entregar o poder de revogá-los a prefeitos e governadores foi ainda mais grave que desrespeitar a inviolabilidade de parlamentar por quaisquer palavras. Isso sem falar do inquérito que o ministro Marco Aurélio de Melo chamou de “Fim do Mundo”. Depois das tentações do Gênesis, o Apocalipse.

O primeiro dos poderes numa democracia — e na Constituição — é o Legislativo, o poder atrofiado. É o poder que

representa a população e os estados que compõem a União. Se o Legislativo não acordar, continuaremos nesse “Estado Democrático de Direito” apenas como marca de fantasia. Povo e estados sub-representados. Talvez precise de diálogo, mas, antes do diálogo, será necessária a humildade como antídoto ao veneno da serpente — o orgulho e a vaidade inoculados nos que caíram em tentação.

No período militar, o Executivo se impunha aos outros poderes — e a História hoje chama aquele período de ditadura por causa disso. Como se chamará amanhã o atual período de hipertrofia do Supremo?